

# Ciências Humanas

## 2 Geografia

Sonia Maria Vanzella Castellar



## Um início de conversa...

Ao iniciarmos este tópico veio à lembrança o filme *Entre os muros da escola*, ao mesmo tempo em que pensei nos coordenadores e nos professores de Geografia da rede pública e, claro, no conjunto da unidade escolar, incluindo os alunos, mas também remontamos os 30 anos de nosso trabalho com o ensino de Geografia.

O olhar dirige-se novamente para o filme – o que chama a atenção nele? Principalmente as situações vivenciadas pelo professor de francês. Elas não são muito diferentes dos relatos de professores que conhecemos durante todos esses anos em diferentes lugares do Brasil, nem das situações que observamos nas escolas em geral.

O que faz pensar sobre essas situações é o fato de o professor de francês, no filme, não levar em conta o contexto escolar, a realidade dos alunos de diferentes culturas e experiências, para organizar, planejar suas aulas e elaborar suas estratégias. Não havia diálogo, não se partia do conhecimento prévio, não se consideravam os referenciais culturais – o que causava inquietudes, na medida em que nada se tentava fazer para diminuir os conflitos, ficando as possibilidades no plano das ideias, ou seja, a escola permanecia estática, entre os muros dela mesma.

Essas situações lembram as mais diferentes escolas e a forma como se ensina: faz-se o diagnóstico, percebe-se que é necessário alterar a prática, mas assume-se que é impossível mudar. No entanto, quando o professor de francês resolve propor uma atividade diferente, a elaboração de um autorretrato, apesar da resistência dos alunos, acaba havendo envolvimento, utilizando inclusive várias linguagens. De fato, foi uma proposta pontual, que não teve continuidade. Faltou, por exemplo, clareza por parte do professor sobre o papel da didática no processo de aprendizagem – e é por isso que começamos com esse comentário. Observamos que, no caso do ensino de Geografia, chegam a ocorrer alterações pontuais, mas elas não são incorporadas de fato na prática. Isso ocorre talvez

pelas mais diversas razões já analisadas por vários estudiosos, mas o que notamos é o fato de que o ensino de Geografia continua sem significado e fragmentado nas salas de aula.

Essa cultura – a de não considerar nada dos alunos, mas apenas os conteúdos trazidos pelos professores – está presente na maioria das escolas. O que observamos em nosso dia a dia, em uma ou outra escola, não está distante do que se passa em várias outras escolas do Brasil ou na do filme, como a falta de iniciativa, autonomia e crítica do professor e da escola. Essa carência se materializa em ausência de reflexão sobre percursos de aprendizagem que façam mais sentido para os professores e os alunos.

Algumas das abordagens que aqui faremos retomam pontos já analisados em algum momento nesta formação ao se tratar das análises curriculares ou sobre o cotidiano da escola na HTPC (hora de trabalho Pedagógico Coletivo). A análise do ensino da Geografia será feita à luz dos contextos escolares e da Proposta Curricular da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo.



Antes de prosseguir a leitura, acesse o ambiente virtual do curso e faça a atividade proposta.

## TÓPICO 1 A pertinência do ensino de Geografia na Educação Básica

O ensino de Geografia contribui para os alunos compreenderem a realidade social e a natureza, com destaque para as abordagens ambientais, possibilitando estabelecer nexos entre a sociedade e a natureza, desenvolvendo habilidades que possibilitem compreender a Geografia nas dimensões espaço e tempo. Essa percepção é essencial para que o aluno possa refletir sobre como e por que suas ações, no âmbito individual ou coletivo, trazem consequências para a sua vida e para a sociedade.



Ao estudar geografia, espera-se que o aluno descubra seu lugar no mundo e desenvolva a compreensão de sua realidade social. A geografia mostra a necessidade de conhecer o espaço em que se vive, de relacionar fenômenos e lugares, e de pensar sobre a importância da relação entre o ser humano, a natureza e o espaço vivido.

Estamos convencidos de que a maneira como se configura o ensino – e o ensino de geografia –, não serve para a sociedade em que vivemos, considerando suas demandas e características econômicas e sociais. É preciso, portanto, configurar-se uma nova maneira de ensinar que, para ser significativa, deverá levar em conta o método de análise do fenômeno estudado; não adianta reforçar a dicotomia entre geografia física (ou da natureza) e humana, devendo-se pensar no modo de análise. Do nosso ponto de vista, a Geografia escolar, para fazer sentido para o aluno, deve considerar o espaço geográfico em sua totalidade, com os elementos que estruturam a ideia de sociedade e de natureza, mas considerando as partes e as diferentes escalas. Não faz sentido para o aluno fragmentar o conhecimento geográfico.

Nos contextos escolares de diferentes lugares, encontramos ainda professores de Geografia cuja atuação em sala de aula se faz a partir de uma perspectiva enciclopedista e memorística, através de atividades práticas características do ensino tradicional, de repro-



dução do conhecimento escolar, reforçando-se um ensino superficial, que demanda do aluno respostas curtas, sem nenhum tipo de análise ou relevância social. Uma Geografia que no imaginário social, do qual já falamos, reforça uma cultura escolar que trata a disciplina como algo sem relevância para a formação do aluno.

Os estereótipos sobre a Geografia implicam a permanência do desconhecimento de seu significado na formação do cidadão. A esse respeito, Tim Unwin (1995) considera que é importante resgatar o papel da Geografia no contexto social, afirmando que ela não é reconhecida, nem utilizada como se deveria, devido à falta de compreensão e clareza do papel da Geografia no currículo escolar e, conseqüentemente, na forma de ensinar.

Dando continuidade a essa ideia, o autor considera fundamental entender a prática social da disciplina, mas sabe que ela conta com pouco reconhecimento dentro da cultura escolar, e o resultado do exercício intelectual que ela possibilita é pequeno, devido à falta de clareza que se tem do seu objeto de estudo. No entanto, a Geografia é uma disciplina que estimula o raciocínio espacial, o pensar o espaço em diferentes escalas, a compreensão da rede de relações sociais, as conexões entre a produção social e as transformações da natureza, o conhecimento do entorno e a diferenciação entre os lugares. Assim, podemos destacar alguns exemplos da importância da Geografia na escola, indicando que nas situações de aprendizagem é necessário ter o domínio do conhecimento geográfico e suas bases epistemológicas, além da compreensão do papel da didática, para se estabelecerem os nexos entre a teoria e a prática. Isso significa supor uma articulação entre fatos e conceitos junto aos procedimentos, que contribua para a resolução de problemas relevantes da sociedade nos quais estão inseridos os alunos.

Consideramos, portanto, que, além do conhecimento acadêmico, os professores precisam dispor de um conhecimento metodológico, entendido como um método científico, a partir de um problema e com procedimentos que estruturam a construção do conhecimento em sala de aula. O objetivo desse processo formativo é explicar a realidade geográfica na perspectiva analítica, pois o novo conhecimento emerge sempre que se realiza a interpretação dos conceitos, fatos e fenômenos geográficos, com apoio das atividades de observar, descrever, localizar, interpretar e elaborar mapas, fundamentada inclusive em trabalhos de campo.

Quando o discurso da geografia escolar é compreendido pelo aluno, podemos dizer que o diálogo entre a didática específica e o conhecimento geográfico começa a acontecer na sala de aula, ou seja, concretiza-se a educação geográfica. A par desse entendimento, considera-se que os saberes geográficos são estratégicos e, por isso, utilizados pelo poder instituído, que define a Geografia política, a territorialização dos lugares, a localização de empresas de grande capital, as formas de atenção às fronteiras, o cuidado com as estradas, a atenção aos movimentos de população, e assim por diante. Dessa forma, podemos afirmar que a geografia possibilita – e este é seu grande desafio – que o aluno raciocine geograficamente em diferentes escalas, na dimensão cultural, econômica, ambiental e social.

Um modelo de ensino que não estimula o raciocínio, que trata o conhecimento como uma verdade absoluta emanada do professor – visão comum no cotidiano das escolas –, não educa para a curiosidade, mas para a repetição e memorização, gerando a passividade dos estudantes ou criando conflitos no campo da postura em sala de aula.

A pertinência da Geografia no currículo escolar está, entre outras, em possibilitar a compreensão do lugar no qual vive o aluno, conhecer e apreender intelectualmente a cidade, o território, as territorialidades, a paisagem, os fluxos de pessoas e mercadorias, as áreas de lazer, os fenômenos e objetos existentes no espaço urbano ou rural. Para chegar a essa compreensão, é fundamental saber manejar os conceitos, saber a que eles se referem e que condução teórica expressa a escolha dos conceitos, e revela a base epistemológica, definindo, portanto, a concepção de geografia.

Essas escolhas relacionam-se a uma concepção geográfica que auxiliará na fundamentação da seleção dos objetivos e na maneira como a disciplina será ensinada. No entanto, ao fazer suas escolhas, o professor pode acabar negando determinados conteúdos, por não ter clareza sobre como trabalhá-los ou quanto às concepções conceituais que precisam ser exploradas. As escolhas têm relação com o nexos entre a teoria e a prática, requerendo que o professor se aproprie desses aspectos que configuram a atividade que ele exerce.

Superar essa dicotomia – teoria X prática – e tratar a Geografia escolar como uma disciplina relevante, que contribui para a formação cidadã, significa qualificar os saberes geográficos dos docentes, qualificação que deve vir acompanhada de aprofundamento no campo epistemológico e didático, estabelecendo-se um rico diálogo entre esses saberes.

A presença da geografia no currículo escolar é importante, mesmo considerando alguns pontos de divergências teóricas, por possibilitar a análise da realidade, do lugar onde vivemos, estabelecendo relações explicativas entre a sociedade e o meio físico como construção social e histórica.

Para compreender a função social e a pertinência da geografia no currículo escolar, é fundamental que os professores tenham como ponto de partida a Epistemologia da geografia, ou seja, que haja compreensão da realidade territorial organizada a partir da apropriação do meio geográfico pela sociedade. As bases ontológicas e epistemológicas do saber geográfico são relevantes para se repensarem os conteúdos e sua especificidade, de maneira que o aluno consiga compreender a dinâmica social, os espaços de vivência e as relações entre sociedade e natureza a partir dos conceitos e opções metodológicas dos professores. No entanto, sabemos que essas escolhas estão relacionadas às escolhas teórico-metodológicas das ciências, entendidas como forma de construir o conhecimento; por isso, é importante que o professor tenha conhecimento de fundamentos da história das ciências e da disciplina com a qual atua.



O ensino da geografia é pertinente, pois possibilita que o aluno compreenda a realidade, além de colaborar com uma formação para a compreensão do papel do Estado na sociedade, da maneira como a sociedade se organiza e se apropria dos lugares – partindo da análise da realidade e considerando que queremos que nossos alunos ocupem um lugar na vida democrática, sabendo fazer escolhas e compreendendo o lugar em que vivem.

A organização curricular ou a escolha dos conteúdos passa pelas concepções da ciência geográfica, mas também é influenciada pelas propostas curriculares oficiais e pelas

mudanças na sociedade, que estimulam a formação cidadã e para o mundo do trabalho. Os debates no campo teórico precisam incluir as questões relativas ao pedagógico-didático, pois são elas que envolvem os processos de inovação no processo de ensino e de aprendizagem, como já discutimos anteriormente, mas, também, estabelecem parâmetros para compreender a finalidade e pertinência da Geografia no currículo escolar. Todos esses debates produzem rupturas nas concepções da Geografia acadêmica e na educação geográfica, que contribuem para a mudança das posturas mais rígidas em relação aos modelos de interpretação do mundo e da escola. Uma dessas rupturas é tratar a Cartografia Escolar como um rol de conteúdos relacionados a fuso horário, coordenadas geográficas, escala, projeção cartográfica e não pensá-la também como linguagem cartográfica que está no campo da metodologia, como será discutido mais para a frente, ou seja, entender que a cartografia é técnica, mas também é uma linguagem, presente em todos os conteúdos.



Acesse o ambiente virtual do Curso e realize as atividades do Tópico 1.

## TÓPICO 2 Os Saberes Geográficos e o Processo de Aprendizagem no Currículo Escolar

Diante de fatos e ilações, perguntamos: qual o papel do ensino de Geografia nas séries do Ensino Fundamental I, II e do Ensino Médio? Se for contribuir para a formação do aluno e ajudá-lo a entender o mundo em que vive, a estabelecer relações entre a sociedade e o meio físico, não é o caso de nos perguntarmos quais são os princípios que norteiam a organização curricular da Geografia escolar? Que conhecimento do mundo eles podem construir?



Não podemos duvidar de que, para responder a essas perguntas, é importante definir os objetos de aprendizagem em função da interpretação que se fará do fenômeno geográfico a ser estudado. Há necessidade, portanto, de pensar e refletir que o que pretendemos ensinar passa por explicar **como, o que e para que** estamos ensinando. No processo de construção dos saberes escolares convergem fontes científicas e outras não-científicas – conhecimento informal – que devem ser consideradas pela escola e pelo professor.



Ao responder às questões formuladas, estamos considerando se o que entendemos por saber escolar está em um contexto de conhecimento e no âmbito das relações sociais; pensar nos valores formativos da disciplina não apenas como objeto de aprendizagem, mas também como forma de raciocinar sobre a realidade social e espacial.

Devemos considerar, assim, **o que queremos ensinar e como vamos ensinar**. Quando entendemos o conhecimento que ensinamos, sua função social e os princípios epistemológicos da geografia, realizamos uma organização curricular mais articulada



com a Didática. Por isso, temos de ter clareza dos aportes no campo da Didática da Geografia e considerar os núcleos conceituais que serão trabalhados com os alunos.

Ao perceber e ler os fenômenos em diferentes escalas, o aluno inicia um processo de aprendizagem relativo à leitura de mundo, ou seja, relativo à compreensão da realidade. Assim, ele nota as diferenças e semelhanças entre as realidades locais, a dinâmica da natureza, a maneira como o modelo produtivo se concretiza em nosso cotidiano. Entender a pertinência da Geografia passa também pela compreensão dos seus pressupostos históricos, suas concepções e categorias.

As observações feitas levam-nos a retomar um pouco a cultura existente na escola, principalmente em relação aos professores de geografia. Nas escolas, acaba-se priorizando um currículo de Geografia estruturado a partir de livros didáticos – postura que remonta ao início do século XX, como revela a pesquisa de Boligian (2009): em relação ao ensino da cartografia escolar, distante das referências acadêmicas, observa-se que os conteúdos dos livros didáticos em relação à cartografia são mais extensos que os apresentados nos currículos oficiais.

No entanto, há sugestões de práticas para melhorar o ensino e a aprendizagem em geografia, como as de Delgado de Carvalho. Ao regressar de seus estudos na França, em 1929, ele sugeriu que houvesse mais observações e análise da realidade do aluno, e que os professores utilizassem esses referenciais para iniciar suas aulas, superando o ensino descritivo de cunho apenas informativo. Isso mostra que não se trata de modismo falar na criação de estratégias didáticas que partam do conhecimento prévio do aluno para estruturar a aula.



Uma proposta que tenta alterar o desenho curricular tradicional, tornando-o mais significativo e trocando a metodologia, o modo de trabalhar o conteúdo, foi apresentada em 1962, quando o Ministério da Educação e Cultura, cujo titular era Darcy Ribeiro, publicou um manual de estudos sociais na escola primária, que apresentava como finalidades dos estudos sociais: adquirir *conhecimento em relação aos fatos geográficos observando, por exemplo, dia e noite; luz e sombra; calor e frio; nuvens e chuvas; localização da casa do aluno, situação em relação a outra (ponto de referência e localização), o caminho percorrido pelo aluno; planificação (plantas simples da sala de aula e da casa)*. Essas finalidades oferecem parâmetros para definirmos os princípios que podem nortear um currículo escolar, cabendo às escolas e aos professores estimular o interesse do aluno pelo conhecimento do ambiente em que vive e por suas novas experiências.

No entanto, passados 46 anos desde que essas orientações curriculares foram elaboradas, o ensino de Geografia não conseguiu, nem nas séries iniciais do Ensino Fundamental I, nem no final do Ensino Fundamental II, incorporar propostas metodológicas que contribuíssem para melhorar a didática da Geografia em sala de aula. A importância da didática específica está relacionada à amplitude do conhecimento em relação à forma de ensinar. A didática da Geografia escolar apresenta características que relacionam concepções teórico-metodológicas, linguagens definidas – como a cartográfica – e o trabalho de campo como procedimento de pesquisa.

Apesar de terem sido observadas algumas mudanças na didática da geografia, podemos afirmar que, durante quase 30 anos (do final da década de 1960 até a década de 1980), tivemos, prioritariamente, programas que simplesmente destacavam um rol de conteúdos,

criando a ilusão de que havia transferência de informações – ou seja, a crença de que o professor ensinava os conteúdos e os alunos os aprendiam. A partir de 1996, passamos a conviver com uma política educacional voltada para as orientações curriculares que incorporaram aspectos do construtivismo, mas com pouca consistência na organização de conteúdos e objetivos, por exemplo, os PCNs, PCN+, PCNs temas transversais. Mas o ponto positivo dessa mudança foi a incorporação do ensino de cartografia desde as séries iniciais, assumindo a relevância da alfabetização cartográfica para a aprendizagem da Geografia desde as séries iniciais do Ensino Fundamental I e a ênfase no trabalho a partir dos conceitos.

Nas escolas, as mudanças no currículo e no ensino de Geografia ocorreram de forma paulatina a partir da década de 1980, e somente na década de 1990 elas se estabeleceram, de fato, em função das orientações curriculares oficiais. Por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) contribuíram para a valorização de categorias conceituais como **lugar, região, paisagem, natureza, sociedade e território, além dos conceitos cartográficos, desde as séries iniciais**, permitindo ao aluno compreender o espaço e suas múltiplas influências de forma mais abrangente, aproximando a disciplina, que por muito tempo fora rotulada de decorativa, ao cotidiano do discente, além de articular sociedade e natureza, sem que cada um desses objetos, que tem suas bases metodológicas próprias, perdesse suas particularidades. Assim, temos a natureza entendida como um sistema físico da Terra, ecossistema e biosfera, analisados separadamente, mas sem perder de vista suas interações; e a sociedade compreendida a partir do papel desempenhado pelos seres humanos na organização de arranjos espaciais e nas inter-relações com o meio físico. Por fim, devemos observar que, para compreender os distintos processos socioespaciais relacionados às ações humanas sobre o meio físico, é preciso destacar os conceitos de ocupação, ordenamento territorial e território, mas voltamos a reafirmar que, sem a articulação entre os conceitos, continuará havendo uma aprendizagem sem significados.

Essas evoluções (ou mudanças) possibilitaram definir melhor o campo epistemológico da geografia, determinando-se, conseqüentemente, um campo específico da linguagem conceitual e uma forma de estabelecer o diálogo com a realidade.

Isso implica compreender, por exemplo, as relações entre a sociedade e o meio físico a partir de novas bases teóricas, o que não é simples, pois trata-se de conceber e analisar a forma e o caminho teórico-metodológico, que permitam ao **professor geógrafo** formular teorias por intermédio das categorias ou conceitos específicos de sua área de conhecimento.

Ao tratar do domínio dos saberes acadêmicos, não devemos aplicar os conceitos de maneira mecânica em situações do cotidiano ou em sala de aula, em uma transposição didática reducionista, que não considere o contexto escolar e a criação didática do professor, mas compreendê-los e particularizá-los para que, no momento em que forem aplicados, eles estabeleçam sentidos e sejam coerentes com a análise da realidade. Deve-se também ter consciência de que não há uma transposição direta entre o saber academicamente produzido e o ensinado na escola, havendo a necessidade de compreender e relacionar esses saberes com o espaço de vivência do aluno.

O desafio para o professor está na mediação entre o saber acadêmico e o saber escolar (ensinado), na medida em que esse profissional deve incorporar as mudanças propostas pelo sistema escolar e organizar o currículo com base nos pressupostos teórico-metodológicos da geografia.

Parte desse desafio, por exemplo, é utilizar a cartografia não como auxiliar, mas trabalhada desde as séries iniciais da Educação Básica, a partir das referências teóricas e metodológicas que permitam ao aluno compreendê-la como técnica e como linguagem,

dependendo do objeto de estudo. Vista na perspectiva da Teoria da Informação, da Comunicação e da Representação Gráfica, a cartografia não é mais apontada apenas como técnica de representação do mundo. Na Geografia escolar ela também é procedimental, principalmente quando entendida como linguagem, como um meio de comunicação.

Nos anos 1970, a pesquisadora Livia de Oliveira apresentou uma metodologia, a partir da linguagem cartográfica, para ser desenvolvida em sala de aula, dando significado aos conteúdos geográficos, trazendo assim para o ensino de Geografia a Didática e a Teoria Psicogenética, o que mudou os referenciais teóricos do ensino e da aprendizagem.



Nos últimos 15 anos, proliferaram modelos de processo de comunicação cartográfico, desenvolvendo-se o ciclo modelo-mapa, esquema que expressa a relação entre o cartógrafo e o usuário a partir da representação da realidade. A questão central – a informação cartográfica – inclui a relação entre significantes e significados, ou seja, o nome e o símbolo que representa o objeto real no mapa. Isso significou uma mudança conceitual no que se refere ao tratamento cartográfico, passando a entender a cartografia como uma linguagem própria: a **linguagem cartográfica**.

O uso dessa linguagem, presente em todos os currículos prescritos no país como instrumento importante, na medida em que contribui para a compreensão do mundo, é também um instrumento valioso para o professor de geografia. Moreira (2007, p. 16) afirma que, a partir da década de 1950, dá-se um rápido desenvolvimento dos meios de transferência (transporte, comunicações e transmissão de energia), constituindo-se um quadro de realidade em que já não basta à teoria geográfica localizar, demarcar e mapear o espaço. É preciso saber ler e entender as mudanças, o que permite dar novos significados aos fenômenos e objetos cartografáveis, como os lugares e as formações naturais, implicando que o geógrafo, nas palavras de Moreira, tome para si a elaboração dessa cartografia.

Mas, para tomar para si a elaboração dos lugares de vivência, é importante que se saiba ler o mapa, reconhecendo os símbolos, compreendendo a hierarquização dos fenômenos representados, comparando as distâncias entre a realidade e a representação, identificando a escala e percebendo a localização dos elementos representados. Há necessidade, portanto, de o aluno ser alfabetizado geograficamente por meio dos conceitos cartográficos. Saber ler um mapa é fundamental, mas para isso o professor precisa, também, compreender a distribuição dos objetos no espaço geográfico e, ainda, conhecer a linguagem dos mapas.

Ao se apropriar dos conceitos cartográficos para fazer a leitura e a representação dos lugares onde vive, o aluno pode, ainda, fazer descrições e análises da paisagem que estão carregadas de fatores culturais, psicológicos e ideológicos. Ao ler paisagens ou representá-las, o aluno utiliza mais que técnicas de leitura: ele estabelece relações entre os fenômenos analisados com base nas noções cartográficas, caracterizando-se o letramento geográfico, pois, ao reconhecer a linguagem, faz relações com outras paisagens e lugares, estimulando o raciocínio espacial. Essa é uma dimensão importante em nosso entendimento de educação em geografia, que deveria ser tratada no currículo desde a Educação Infantil.

A educação geográfica contribui para que os alunos reconheçam a ação social e cultural de diferentes lugares, as interações entre as sociedades e a dinâmica da natureza, em diferentes momentos históricos. A vida em sociedade é dinâmica, e o espaço geográfico absorve as contradições em relação aos ritmos estabelecidos pelas inovações no campo da



informação e da técnica, o que implica, de certa maneira, alterações no comportamento e na cultura da população dos diferentes lugares.

Ao se apropriar, por exemplo, do conceito de **localização**, a criança desenhará nos trajetos os locais mais familiares, utilizando símbolos, cores ou sinais; assim, ao ler uma planta cartográfica, ela poderá relacionar e compreender os conceitos de localização e **pontos de referência**, compreendendo a função social de uma representação cartográfica. Por isso, o uso da linguagem cartográfica é mais do que simples técnica, uma vez que envolve ações do cotidiano.



O letramento geográfico é, portanto, o ponto de partida para estimular o raciocínio espacial do aluno, articulando a realidade com os objetos e os fenômenos que a representam. A concepção que desenvolvemos em relação ao processo de letramento geográfico tem como base as noções cartográficas: **área, ponto e linha; escala e proporção; legenda; visão vertical e oblíqua; imagem bidimensional e tridimensional**. A ideia é a de que a Geografia faça parte do processo inicial da alfabetização de um aluno, a partir do reconhecimento, por exemplo, das **direções**, tendo como pontos de referência o corpo ou o lugar de vivência do aluno.

A cartografia é uma linguagem a partir da qual se comunicam fatos, conceitos e sistemas conceituais; é uma linguagem iconográfica de comunicação, que permite ler e escrever características do território. O domínio da leitura e escrita, sem dúvida nenhuma, é importante para essa apropriação. Cardona (2002) entende, assim como nós, que, de maneira semelhante ao processo de leitura e escrita, a cartografia exige práticas no sistema comunicativo – e nesse sentido a capacidade de leitura e de elaborar mapas e planos faz parte do processo. Isso implica uma importante dimensão metodológica disciplinar e de conteúdos procedimentais no ensino.

No processo de aprendizagem, os mapas mentais ou os desenhos, por exemplo, são representações em que não há preocupação com as convenções cartográficas, podendo o aluno então usar sua criatividade ou estabelecendo critérios para a organização da legenda, considerando os fenômenos que irá representar no mapa, junto com a classe, pois as representações são elaboradas a partir da memória, além de possibilitar o desenvolvimento do raciocínio lógico em relação às funções de selecionar, agrupar, classificar, entre outras. Reconhecer o local de vivência, localizar objetos, saber deslocar-se e identificar as direções são conteúdos elementares, que devem ser desenvolvidos com os alunos desde a educação infantil. Ou seja, os mapas mentais são representações que revelam como os indivíduos valoram os lugares ao atribuir significado ou sentido ao espaço vivido.

A discussão do ensino de Geografia suscita questões relativas à organização curricular escolar do Ensino Fundamental e Médio: trata-se de propor questões relativas aos conteúdos para que, a partir das concepções de aprendizagem, possamos repensar esses conteúdos não como listas de tópicos a serem ensinados, mas articulados com outras áreas do conhecimento e com o cotidiano. Para isso, o professor de Geografia precisa ter um referencial teórico sólido para transformar os conteúdos em formas de atuação eficazes no processo de aprendizagem.



Atualmente, a concepção de conhecimento aproxima-se cada vez mais da ideia de que conhecer é construir significados, o que se faz a partir das relações que o sujeito estabelece entre os objetos a serem estudados e a sua capacidade de observação, reflexão e informação.

Ao articular os conceitos que estruturam a Geografia da natureza e a da sociedade, os conteúdos passam a ser organizados de modo mais integrado, podendo inclusive ter interfaces com temas interdisciplinares. Assim, o aluno começa a perceber a importância de aprender a relacionar os conceitos científicos tratados na escola com o que observa na realidade, estimulando-se uma aprendizagem significativa.

O percurso didático que se traça com base em uma Geografia crítica e menos fragmentada integra conceitos e objetivos. Os conceitos permitem unir os saberes mais dispersos adquiridos, tornar coerentes as concepções dos alunos e fazê-las evoluir. Os objetivos indicam-nos quais os pontos de partida para trabalhar temas que tenham significado para os alunos.

Estabelecer mudanças significativas, alcançar outros patamares teóricos e práticos e enfrentar desafios é o que nos motiva a elaborar uma obra didática e, ao mesmo tempo, a discutir a importância do trabalho com os conceitos geográficos e cartográficos. Mas esses desafios apontam para diferentes saberes e fazeres pedagógicos, além do entendimento da apropriação do conhecimento pelo aluno, nesse caso a aprendizagem.

Cavalcanti (2006, p. 115) corrobora essas reflexões sobre a Geografia escolar, demonstrando que o conhecimento geográfico e a formação do professor apontam para as mudanças sociais e econômicas pelas quais passam as pessoas – mudanças que exigem alterações nas práticas de formação. Diz a autora que

“a Geografia é um campo do conhecimento científico que desde sempre se constitui com base na multidimensionalidade, já que buscou compreender as relações que se estabelecem entre o homem e o mundo natural, e como essas relações, ao longo da história vêm constituindo diferentes espaços.”

Para compreender o espaço que produzimos e no qual vivemos, são necessárias habilidades e competências tanto do docente quanto do acadêmico. É ainda Cavalcanti (2006, p. 116) que afirma que hoje, mais do que nunca, essa busca leva ao surgimento de uma pluralidade de caminhos, resultando em análises cada vez mais complexas, por se aproximarem sempre mais de uma realidade espacial, que também é cada vez mais complexa.

Nessa perspectiva, a educação geográfica contribui para a compreensão da realidade espacial, expressa de diferentes formas: na consciência de que somos sujeitos da história; nas relações com lugares vividos (incluindo as relações de produção); nos costumes que resgatam nossa memória social; na identificação e comparação entre valores e períodos que explicam nossa identidade cultural; na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significados na medida em que, ao observá-la, se notam as vivências dos indivíduos.

O estudo de um lugar a partir da linguagem cartográfica mudaria a maneira de pensar a organização dos conteúdos e a de ensinar. Para isso, o aluno deve compreender as noções que estruturam essa linguagem, como escala, legenda, visão vertical e oblíqua, entre outras. Isso significa ler o mapa, lê-lo graficamente, a partir de diversos contextos sociais. Perguntas como “Por que essa estrada passa em lugares de grandes altitudes?” ou “Onde estão as nascentes da bacia hidrográfica deste lugar?” podem contribuir para o



início de uma aula e provocar questionamentos a fim de levantar o conhecimento prévio dos estudantes, ou mesmo desencadear discussões de conteúdo, estabelecendo correlações importantes para entender o fenômeno tratado.



Atualmente, a concepção de conhecimento aproxima-se cada vez mais da ideia de que conhecer é construir significados, o que se faz a partir das relações que o sujeito estabelece entre os objetos a serem estudados e a sua capacidade de observação, reflexão e informação.

Ao articular os conceitos que estruturam a Geografia da natureza e a da sociedade, os conteúdos passam a ser organizados de modo mais integrado, podendo inclusive ter interfaces com temas interdisciplinares. Assim, o aluno começa a perceber a importância de aprender a relacionar os conceitos científicos tratados na escola com o que observa na realidade, estimulando-se uma aprendizagem significativa.

É tarefa do ensino de Geografia estimular a compreensão dos lugares no âmbito do cotidiano, a descoberta das semelhanças e diferenças nas diversas categorias do espaço, e a capacidade de estabelecer relações e comparações.

Dessa forma, o aluno pode ser estimulado a comparar diferentes espaços e entender que o estudo do território passa pela compreensão dos graus de complexidade que esse conceito tem, pois abrange diferentes usos, hábitos e culturas,

organização política, tradições e etnias, que muitas vezes estão convivendo num mesmo território. Pelo fato de o espaço ser um produto da sociedade, é importante questionar as relações entre os territórios e compreender temporalmente as mudanças nos lugares.

Ao assumir uma abordagem conceitual no ensino da Geografia escolar, parece-nos importante ter clareza sobre o papel da escola como a instituição que apresenta possibilidades de estimular uma análise crítica da sociedade.

Contudo, essa análise crítica não se dá em abstrato, nem a partir de um discurso retórico e superficial; trata-se, portanto, de estabelecer parâmetros da ciência geográfica a uma cultura científica escolar. Para isso, é preciso definir como as categorias espaço geográfico, território, lugar, paisagem, natureza, tempo e sociedade são compreendidas pelos geógrafos que trabalham com o ensino.

No tocante ao ensino e à aprendizagem, consideramos ainda que o estudo dos fenômenos geográficos em diferentes escalas permite superar a falsa dicotomia entre o local e o global, à medida que ampliamos o olhar. Ou seja, ao mesmo tempo em que se estuda o lugar de vivência do aluno e outros locais do mundo, quebra-se o senso comum que favorece a ordenação concêntrica dos conteúdos geográficos, o que muitas vezes acaba gerando um discurso descritivo do espaço geográfico.

O conhecimento escolar não é, portanto, algo situado fora do indivíduo e que ele simplesmente adquire, nem algo que ele constrói independentemente da realidade e dos demais indivíduos. É, antes, uma construção histórica e social na qual interferem fatores de ordem cultural e psicológica.



Acesse o ambiente virtual do Curso e realize as atividades do Tópico 2.